

# Termo de Referência 213/2024

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
213/2024	102301-ESP-UNIV. EST. PTA, JULIO MESQUITA FILHO	MARCELO TEIXEIRA DA CAMARA	19/06/2024 15:59 (v 1.0)
Status	ASSINADO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		1111/2024-RUNESP

## 1. Definição do objeto

### CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

Contratação de seguro para veículos pertencentes à sub - frota da Reitoria da Unesp tendo coberturas destinadas a 8 (oito) veículos, com vigência anual e assistência 24 horas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSERV	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE
1	Contratação de seguro veicular para <b>8 veículos novos da sub frota da Reitoria da UNESP</b> , com vigência até e assistência 24 horas.	22764	Serviço	01

Os serviços, objeto desta contratação, são caracterizados como comuns.

O prazo de vigência da contratação será contado a partir da assinatura do contrato até a data de 20/06/2025, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021;

O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

A contratação se faz necessária para maior segurança aos servidores que utilizam dos veículos institucionais, visa à proteção do patrimônio público e ainda assegurar terceiros e servidores em caso de acidentes.

O Contrato 28/2023-RUNESP, atualmente vigente para seguros dos veículos da subfrota da Reitoria da Unesp finda-se em 20/06 /2025, não sendo possível a inclusão dos 08 (oito) veículos nessa contratação vigente.

A nova contratação instruída no Processo 846/2024-RUNESP, não terá a possibilidade de aditamento desses novos veículos, que foram entregues no decurso do processo citado.

### 3. Descrição da solução

#### DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

A prestação do serviço de seguro para os veículos da frota da Reitoria da Unesp não haverá utilização de mão de obra com dedicação exclusiva, uma vez que a prestação do serviço não necessita de disponibilização e/ou locação de mão de obra no local onde se encontram os veículos da frota.

O serviço será contratado com base na quantidade de veículos a serem segurados, estabelecendo o valor global, a partir do somatório dos prêmios individualizados de cada veículo, devendo ser observadas todas as coberturas e serviços previstos na contratação.

A solução de mercado que atende os requisitos especificados para contratação são os seguintes:

Não se vislumbra outra solução de mercado afora a terceirização para prestação indireta do serviço, visto que, tais serviços não podem ser prestados diretamente pela Unesp.

No caso de prestação indireta do serviço, identificam-se as hipóteses:

- Contratação por empreitada global, ou seja, para a totalidade dos veículos da frota para coberturas estipuladas no presente Termo de Referência, com valor da franquia máxima fixado pela Administração;
- O valor global do objeto será o somatório dos valores de prêmio individualizado por veículo;
- No caso de ocorrência de sinistro, a seguradora indenizará a Administração de acordo com cada tipo de cobertura prevista, com pagamento de franquia pela Administração, caso necessário, além de cobertura adicional de assistência 24 horas, com serviços de chaveiro, socorro mecânico, reboque ou transporte de veículo e transporte de pessoas.

Tais exigências não limitam a participação na licitação, visto que se trata das formas usuais de contratação do serviço de seguro de veículos, para qual o mercado está preparado.

Logo, a solução que atende aos interesses da Administração é a contratação de pessoa jurídica especializada para a prestação de serviços para ofertar seguro total para os veículos da frota oficial da Reitoria da Unesp com cobertura anual contra acidentes em geral, danos causados pela natureza e assistência 24h (vinte e quatro horas).

De acordo com a legislação vigente, há a possibilidade de prorrogação contratual por tratar-se de serviço de natureza contínua, onde é necessário manter um contrato de seguro dos veículos, para que não ocorra interrupção dos serviços, o que prejudicaria os deslocamentos de servidores, docentes e alunos e colocaria em risco a segurança dos usuários e do patrimônio público.

Cabe ressaltar que a entrega dos novos veículos ocorreu durante a contratação da apolice a ser vigente a partir de 21/06/2024, impossibilitando assim o aditamento, dado o vulto da contratação.

Sugerimos a vigência até o término da contratação elencada no Processo 846/2024-RUNESP para que, ao final da vigência da contratação, possa-se incluir todos os veículos numa mesma contratação.

### 4. Requisitos da contratação

#### REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Os requisitos da contratação abrangem os seguintes:

Os serviços serão prestados por empresa especializada no ramo, devidamente regulamentada e autorizada pelos órgãos competentes, em conformidade com a legislação vigente;

As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas na Minuta do Contrato que integra o Edital.

A CONTRATADA deverá prestar o serviço, objeto deste contrato, 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, durante todo o período de vigência do contrato.

A CONTRATADA deverá levar, imediatamente, ao conhecimento da CONTRATANTE, qualquer fato extraordinário ou anormal que ocorrer na execução do objeto contratado, para adoção das medidas cabíveis.

#### Sustentabilidade

Não foram encontrados no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, determinações do objeto licitado.

#### Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Da Garantia da Contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 tendo em vista o valor contratado e a forma de pagamento a ser adotada ao objeto.

### **Da Vistoria**

A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, para fins de obtenção de informações para formulação de sua proposta, deverá fazê-lo no local onde estiver o veículo, em dias úteis em horário comercial das 9:00 as 12:00 das 13:00 as 17:00.

A vistoria deverá ser agendada previamente pelo telefone (11) 5627-0392, junto ao Setor de Transporte da Contratante.

A opção da não realização de vistoria pela licitante não será admitida posteriormente como motivo para afastamento de qualquer obrigação relativa ao objeto da presente contratação, inclusive no tocante à cobertura de equipamentos e acessórios.

## **5. Modelo de execução do objeto**

### **MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

#### **Condições de Execução**

O contratado deverá fornecer os serviços de acordo com as normas técnicas em vigor, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado.

No caso de ocorrência de sinistro, Contratada deverá garantir o pagamento da cobertura contratual ao Contratante.

Por se tratar de prestação de serviço condicionada à ocorrência de um evento, a Contratada deverá permanecer em condições de prestar a devida cobertura durante toda a vigência do contrato.

No caso de sinistro, será realizada vistoria pelo Contratante em conjunto com a Contratada, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação.

**Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.**

A contratada deverá cobrir todos os riscos derivados da circulação dos veículos segurados, indispensáveis ao salvamento e transporte dos veículos até oficina indicada pelo contratante, e as indenizações e prestações de serviços correspondentes a cada uma das coberturas do seguro em todo o território nacional., conforme descrito abaixo:

- Assistência 24h;
- Colisão, abaloamento ou capotagem acidental;
- Queda acidental em precipícios ou de pontes;
- Queda acidental sobre o veículo de qualquer agente externo, desde que agente externo não faça parte integrante do veículo ou não esteja nele fixado;
- Queda, deslizamento ou vazamento sobre o veículo da carga e/ ou objeto por ele transportado, em decorrência de acidente de trânsito e não da simples freada;
- Submersão total ou parcial do veículo em água doce proveniente de enchente ou inundações, inclusive nos casos de veículos guardados no subsolo;
- Roubo ou furto, total ou parcial do veículo;
- Acidente ocorrido durante seu transporte por qualquer meio apropriado;
- Atos danosos praticados por terceiros, exceto se constantes do item "Prejuízos Não Indenizáveis pela Seguradora";
- Despesas necessárias ao socorro e salvamento do veículo em consequência de um dos riscos cobertos;
- Roubo ou furto total exclusivo do rádio, toca-cd/dvd e tacógrafo, desde que façam parte do modelo original do veículo, com aplicação da franquia estipulada da apólice para o veículo.

- Enviar serviço de socorro em caso de colisão, pane elétrica ou mecânica, devendo, sempre que possível, efetuar o reparo no local da pane.
- Diante da impossibilidade de reparo do veículo na localidade em que se encontre, o mesmo deverá ser rebocado para o local indicado pela contratante, sem cobrança de valores a título de excedente de quilometragem do local da ocorrência até o destino final do veículo;
- Prestar assistência para transporte de passageiros por meio de veículo disponibilizado pela seguradora;
- Fornecer cobertura para reposição exclusiva de vidros, faróis, lanternas e retrovisores para todos os veículos;
- Prover um serviço de atendimento com chamada gratuita, para comunicação com a Contratante;
- Emitir a(s) apólice(s) de seguro no prazo determinado cobrindo o bem, contra prejuízos e despesas ocorridos desde a data da assinatura do contrato, devidamente comprovados e decorrentes dos riscos cobertos até o valor das importâncias seguradas, de acordo com as normas estabelecidas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;
- Providenciar a regularização do sinistro porventura ocorrido, tão logo lhe seja comunicado pela contratante;
- Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante todo o período de vigência do Contrato, fornecendo informações propiciando o acesso à documentação pertinente e aos serviços em execução e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização, prestando todos os esclarecimentos solicitados pela contratante e atendendo às reclamações formuladas;
- Colocar à disposição da contratante, 24 horas por dia durante 07 dias da semana, central de comunicação para aviso de sinistro;
- A contratada deve possuir oficinas credenciadas em todo o Estado de São Paulo;
- NECESSIDADE DE REPRESENTANTE/CORRETOR CREDENCIADO

A Contratada vencedora deverá declarar o nome de representantes/corretor credenciado, seu endereço na cidade da Contratante, telefone e número do CNPJ/CPF na assinatura e durante toda a vigência contratual, bem como disponibilizar à contratante o Nome, Telefone e Registro no SUSEP ao fiscal do contrato.

#### **Da Cobertura/ Acessórios/Assistência**

##### **Coberturas**

###### Casco

Valor de mercado referenciado atribuído a cada veículo pela tabela FIPE, utilizando o percentual de 100% da mesma na data da liquidação do sinistro nos eventos de perda parcial ou total por Colisão, Incêndio, Roubo ou Furto, fenômenos naturais/alagamentos.

###### Franquia Casco

Obrigatória não sendo autorizado ultrapassar os valores informados na planilha anexa;

Cobertura de vidros pára-brisa e laterais, lanternas, retrovisores e faróis obrigatório para todos os itens

###### Assistência

- Assistência 24 horas sem limites de quilometragem para todos os itens da apólice; com atendimento máximo 2 horas em condições normais.
- Assistência para transporte de passageiros por meio de veículo disponibilizado pela seguradora.
- 04 horas em condições externas (clima/tempo) (catástrofes naturais).
- Responsabilidade Civil Facultativa por veículo segurado
  - Danos Materiais a Terceiros - R\$ 200.000,00
  - Danos Pessoais a Terceiros - R\$ 200.000,00
  - Danos Morais a Terceiros - R\$ 60.000,00
- Acidentes Pessoais a Passageiros por ocupante a Danos Médicos Hospitalares:
  - Morte - R\$ 60.000,00
  - Invalidez - R\$ 60.000,00
  - Acidentes Pessoais por Passageiro (Invalidez Total Médico – Hospitalares)

##### **Das condições do Seguro**

Os serviços objeto desta contratação deverão ser executados diretamente, por Seguradora que esteja regular junto à SUSEP e sem intervenção de corretor ou empresa corretora de seguros

A apólice de seguro deverá conter, impreterivelmente, a descrição dos itens observados os valores mínimos de cobertura dos veículos;

Valor para a cobertura de casco, no mínimo, 100% da tabela FIPE;

O prazo para as indenizações de eventuais sinistros não poderão ser superior a 30 (trinta) dias corridos.

Qualquer alteração na apólice poderá ser solicitada pela Contratante e processada pela seguradora, mediante **endosso**, inclusive no caso da compra de novos veículos por parte da Contratante.

A franquia considerada é a obrigatória, observado, no entanto, o seguinte:

- Não poderá ser superior aos valores apresentados na planilha anexo;
- Em caso de sinistro, o valor referente à **franquia** deverá ser pago pela Contratante, prioritariamente, à concessionária/oficina que promover o conserto do veículo. Caso esta não esteja com sua documentação regular para contratação com a Contratante, o pagamento da franquia deverá ser efetuado à seguradora emitente da apólice, que se responsabilizará pelo repasse.

A Contratada vencedora, independente de ser ou não a atual contratada, deverá observar os **bônus** existentes nas atuais apólices, conforme planilha anexa, considerando em suas propostas de preços o bônus a conceder informado na planilha abaixo para próximo período da vigência das apólices.

A Contratada deverá fornecer manual, ou documento equivalente, contendo informações relativas ao funcionamento do seguro para os veículos objeto deste Termo de Referência.

## 6. Modelo de gestão do contrato

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

### Preposto

A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

### Gestor do Contrato

O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX).

O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII).

O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII).

O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único).

O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

### **Fiscalização Técnica**

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput). O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17).

O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pela contratada (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III).

O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV). O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Lei nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).

No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II).

### **Fiscalização Administrativa**

O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III).

Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV).

Sempre que solicitado pelo Contratante, a Contratada deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **7. Critérios de medição e pagamento**

### **Do recebimento**

Os serviços serão recebidos provisoriamente/definitivamente, de forma sumária, no ato do recebimento da apólice pela Contratante, inclusos os 08 (oito) veículos da subfrota da Reitoria da UNESP, objeto do contrato, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal na que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- o prazo de validade;
- a data da emissão;
- os dados do contrato e do órgão contratante;
- o período respectivo de execução do contrato;
- o valor a pagar; e
- eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

A Administração deverá realizar consulta ao CADIN Estadual e SICAF para:

- verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (SICAF - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

Constatando-se, junto ao CADIN Estadual e/ou SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

O pagamento será efetuado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023.

No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente na forma da legislação aplicável (artigo 2º, inciso III, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023, c/c o artigo 1º do Decreto estadual nº 32.117, de 1990), bem como incidirão juros moratórios, a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados pro rata temporis, em relação ao atraso verificado.

#### **Forma de pagamento**

O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito exclusivamente em Banco do Brasil, em agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome do contratado no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais– CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pelo contratado, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei estadual nº 12.799, 2008.

Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## **8. Critérios de seleção do fornecedor**

#### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA - modo de disputa aberto, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço por item único.

#### **Forma de fornecimento**

O fornecimento do objeto será integral.

#### **Exigências de habilitação**

Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:



## Habilitação jurídica

Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Empresário individual Junta Comercial da respectiva sede;

Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

## Habilitação fiscal, social e trabalhista

Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea "c", da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo **balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).**

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

[Conteúdo Sigiloso | Justificativa: Trata-se de licitação, portanto o valor será mantido em sigilo]

**Valor (R\$):** ,01

### 9. Estimativas do Valor da Contratação

9.1. O custo estimado total da contratação segue o preço estimado no mercado, com o valor estimado em sigilo, por tratar-se de licitação na modalidade Pregão Eletrônico - modo disputa aberto.

## 10. Adequação orçamentária

### ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: Reitoria da UNESP
- II) Fonte de Recursos: Tesouro PROPEG-TESOURO
- III) Programa de Trabalho: 12.122.4807.6351
- IV) Elemento de Despesa: 3.3.90.39.44

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**MARCELO TEIXEIRA DA CAMARA**

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 19/06/2024 às 15:59:17.



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Relacao de Veiculos Novos.pdf (60.31 KB)

## **Anexo I - Relacao de Veiculos Novos.pdf**

RELAÇÃO DE VEÍCULOS NOVOS DA SUB-FROTA REITORIA

Nº	Marca / Modelo	Espécie / Tipo	Ano Fabr. / Modelo	Placa	Chassi	Combustível	Portas	Cobertura	Casco	Franquia Máxima	Classe
1	MERCEDES BENZ / 417 JI MICRO	PAS/MICROONIBUS	2024/2025	SUX-4D19	8AC907645SE247439	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 25.000,00	0/10
2	MERCEDES BENZ / 417 JI MICRO	PAS/MICROONIBUS	2023/2024	SUG-4B11	8AC907645RE232191	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 25.000,00	0/10
3	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	SVA-5G29	8AJDA3CD5R1838724	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
4	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	STH-7H21	8AJDA3CD9R1838631	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
5	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	SUH-0I72	8AJDA3CD1R1838719	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
6	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	SVY-3H11	8AJDA3CD2R1838549	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
7	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	STW-0G81	8AJDA3CD4R1827869	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
8	TOYOTA / HILUX CD LOW M4FD	ESP/CAMINHONETE	2024/2024	SWF-5F92	8AJDA3CD5R1838397	DIESEL	4	CIR	100% FIPE	R\$ 22.500,00	0/10
TODAS AS COBERTURAS PARA OS VEICULOS DESTA APOLICE 08 UNIDADES			DCT (R\$)		DANOS MORAIS A TERCEIROS		DANO MORAL		APP COM DHM (R\$)		
			R\$	200.000,00	R\$	200.000,00	R\$	60.000,00	R\$	60.000,00	